

Nota da sociedade civil em defesa da Lista Suja

As organizações da sociedade civil ora signatárias, comprometidas com a defesa dos direitos humanos, vêm, por meio desta, manifestar nossa profunda preocupação diante das informações vindas a público em 18 de setembro a respeito da avocação de competência do Ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, para decidir sobre uma autuação da JBS Aves por condições análogas às de escravo.

A decisão ministerial provocou surpresa e estranhamento, dado o uso político, tendencioso e inédito de um dispositivo legal ultrapassado contra uma ferramenta moderna e elogiada internacionalmente. Desde sua criação, a Lista Suja é considerada, pela ONU e pela OIT, um exemplo de boa prática no combate à escravidão contemporânea. Segundo a Relatoria Especial das Nações Unidas sobre Formas Contemporâneas de Escravidão, a lista promove a transparência e fortalece a responsabilidade das empresas que se envolvem em práticas dessa natureza.¹

Por ocasião de sua recente visita oficial ao Brasil, o relator especial Tomoya Obokata foi recebido pelo Ministério do Trabalho e Emprego. Segundo noticiado, na reunião realizada em 18 de agosto, o ministro Luiz Marinho e representantes da pasta compartilharam com o relator as políticas públicas e boas práticas do país no enfrentamento ao trabalho análogo à escravidão, destacando a Lista Suja como referência de transparência.²

¹ <https://www.ohchr.org/sites/default/files/documents/issues/slavery/sr/statements/2025-08-28-eom-sr-slavery-portuguese.pdf>

² <https://agenciagov.etc.com.br/noticias/202508/brasil-apresenta-politicas-de-combate-ao-trabalho-escravo-a-relator-da-onu>

Passado exato um mês, causa perplexidade a atitude diametralmente oposta ao anunciado à autoridade internacional. Sem uma justificativa plausível, a decisão tomada pelo Ministério sinaliza uma perigosa interferência política na fiscalização do trabalho — justamente por parte de um governo que, até então, havia assegurado apoio e independência aos auditores fiscais e grupos móveis.

Convém lembrar que esta não é a primeira vez que o Executivo federal se alinha aos interesses de setores corporativos para enfraquecer a Lista Suja. Pelo seu simbolismo e efetividade no combate à escravidão contemporânea, a lista tem sido constantemente atacada, política e judicialmente, como por exemplo no caso do setor do café, envolvendo ataques de parlamentares e ameaças contra auditores fiscais do trabalho na região de Nova Resende. Na ocasião, o mesmo MTE se omitiu de defender os auditores e reforçar o efetivo de inspetores na colheita, optando por se reunir com produtores da região, sinalizando alinhamento ao setor empresarial.

A avocação gera grave preocupação e nos impele a provocar que não apenas organizações e instituições defensoras dos direitos humanos e dos direitos trabalhistas, mas toda a sociedade brasileira e as diferentes esferas que compõem o nosso Estado Democrático de Direito se manifestem contra tamanho retrocesso e interferência. Pedimos que o governo federal reafirme seu compromisso no combate à escravidão contemporânea e evite qualquer passo que enfraqueça essa luta. É essencial manter a Lista Suja de forma independente e eficaz, já que ela é reconhecida como instrumento fundamental de transparência e de defesa da dignidade humana.

Por fim, reiteramos nossa solidariedade aos auditores fiscais do trabalho, na luta e na defesa do exercício seguro de seu ofício, e às trabalhadoras e trabalhadores brasileiros/as, reafirmando nosso compromisso com a proteção de sua dignidade.

Assinam:

- 1. Aliança pelos Direitos Humanos em Cadeias Produtivas**
- 2. Articulação dos Empregados Rurais do Estado de Minas Gerais (ADERE/MG)**
- 3. Associação Alternativa Terrazul**
- 4. Associação Ambiental Sapuca ECO**
- 5. Associação Comunitária Operária Floresta Esperança (ACOFE)**
- 6. Brigada de Alter**
- 7. Centro de Direitos Humanos e Empresas da Fundação Getúlio Vargas (FGV CeDHE)**
- 8. Centro de Informações sobre Empresas e Direitos Humanos (BHRRC)**
- 9. Centro de Trabalho Indigenista (CTI)**
- 10. Clima de Política**
- 11. Comissão Pastoral da Terra**
- 12. Conectas Direitos Humanos**
- 13. Conexão Migrante**
- 14. Confederação Nacional dos Trabalhadores Assalariados e Assalariadas Rurais (CONTAR)**
- 15. Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas de Pernambuco**
- 16. Força Ação e Defesa Ambiental (FADA)**
- 17. Geledés - Instituto da Mulher Negra**
- 18. Greenpeace Brasil**
- 19. Grupo de Pesquisa Trabalho Escravo Contemporâneo na UFRJ**
- 20. Imaflora**
- 21. Instituto Ação Sistêmica da Amazônia**

- 22. Instituto de Defesa de Consumidores (Idec)**
- 23. Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC)**
- 24. Instituto Linhas Divinas**
- 25. Instituto Internacional Arayara**
- 26. Instituto 5 Elementos - Educação para a Sustentabilidade**
- 27. Kurytiba Metropole (KM)**
- 28. Litigância Climática e por Direitos (LITIGA)**
- 29. Missão Paz**
- 30. Movimento Xingu Vivo para Sempre (XV)**
- 31. Núcleo de Estudos, Trabalho, Agroecologia e Soberania Alimentar
(NETASA-UNIFAL-MG)**
- 32. Proteção Animal Mundial**
- 33. Rede Fé Paz e Clima**
- 34. Rede Vozes Negras pelo Clima**
- 35. SER.**
- 36. Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicação do Estado de Minas
Gerais (Sinttel MG)**
- 37. União de Entidades Ambientalistas do Paraná - UNEAP**
- 38. Força Ação e Defesa Ambiental - FADA**